



Bastonária reclama contabilistas certificados para contas públicas

IPCA acolheu conferência sobre rigor e transparência das contas públicas, objectivos que, na opinião da bastonária dos contabilistas certificados está longe de ser uma realidade.

BARCELOS

| José Paulo Silva |

A bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) reconheceu ontem, no Instituto Politécnico do Cávado e Ave (IPCA), que “Portugal está ainda longe de apresentar contas públicas transparentes e rigorosas”. Segundo Paula Franco, ao contrário do que já se verifica no sector privado, as contas da administração pública ainda não contam com a certificação de técnicos qualificados.

Na abertura da conferência ‘Transparência e rigor das contas públicas: o contributo do Sistema de Normalização Contabilística para administrações públicas’, a bastonária da OCC defendeu que sem profissionais qualificados a quem seja atribuída a responsabilidade para a apresentação das contas públicas, es-



ROSA SANTOS

Bastonária da OCC e presidente do IPCA com Sónia Monteiro, directora do Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade

tas carecerão sempre de rigor e transparência.

Desde que tomou posse como

bastonária da OCC, Paula Franco tem vindo a reclamar que as contas públicas sejam validadas

por contabilistas certificados, algo que já está previsto na lei mas que não é cumprido.

Convidado para a conferência promovida pelo Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade da Escola Superior de Gestão do IPCA, Hélder Reis, consultor económico da Presidência da República, considerou que a informação actual sobre as contas do Estado não permite avaliar os resultados e impactos das decisões políticas a médio e longo prazo.

O ex-secretário de Estado do Tesouro espera que a aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para administrações públicas garanta “contabilidade financeira e de gestão”, o que permitirá ver os custos das opções políticas.

Com a implementação desta “reforma em curso”, Hélder Reis acredita que haverá mais eficiência da despesa pública pela análise do seu custo/benefício e uma “maior evidência dos efeitos de médio prazo decorrentes das decisões políticas de curto prazo”, garantindo os princípios da “sustentabilidade e equidade intergeracional”.

O consultor da Presidência da República apontou as parcerias público-privadas como exemplo de “opacidade financeira da contabilidade de caixa”, a qual nada diz sobre “os efeitos de médio e longo prazo” das opções políticas.